

“Academia Brasileira dos Esquecidos” (*)

MARTINS D'ALVAREZ

(Sócio correspondente)

Falar nesta casa de cultura e saber, rodeado do que o Ceará possui de mais distinto e expressivo na sua órbita mental; perlustrar convosco, mesmo por alguns minutos, os caminhos iluminados da inteligência, é alguma coisa de honroso, agradável e confortador para quem, como eu, admira as eminências do espírito humano.

Asseguro-vos que jamais hei de esquecer a vossa amável companhia nessa jornada de alguns minutos, que graças ao milagre da memória poderei transformar numa eternidade.

Sejam, portanto, as minhas primeiras palavras de profundo e sincero agradecimento, pela oportunidade desta conversa em família.

*

*

*

Muito se tem falado e escrito acerca da origem e formação das letras brasileiras, daqueles que foram os nossos primeiros escritores, das suas tendências e idiosincrasias nacionalistas, dos que auxiliaram ou contrariaram o nosso destino literário.

Do entrechoque das polémicas travadas pelos mestres de nossa História fluem e se avolumam diàriamente os pontos paci-

(*) Palestra realizada no Instituto do Ceará na sessão de 4 de Janeiro de 1946.

ficos, a evidência meridiana do terreno limpo e esclarecido, medido e esquadrinhado, restando, entretanto, aqui e ali, insulados nos ângulos e nas arestas, alguns aspectos obscuros e por isso mesmo mal definidos que ainda merecem considerações e reclamam estudo e interpretação.

Longe, porém, de vós outros, oh! mestres da História Pátria, a ideia de que me proponho a fazer luz definitiva sobre pontos tão importantes e delicados. Quando muito aqui me encontro como o viandante curioso que nota no seu caminho um acidente estranho na terra ou uma estrela desconhecida no céu e pede ao primeiro homem sábio que encontra uma explicação que satisfaça a sua curiosidade.

Quero, portanto, chamar apenas a vossa atenção para um acto que considero marcante na história da literatura brasileira, enquanto que a maioria dos autores o tractam com o desprezo habitualmente votado às coisas inconsequentes.

Antes, porém, de abordá-lo convenientemente, é de bom alvitre recuar um pouco, lançar um olhar ainda que rápido sobre os seus antecedentes, rebuscar a paisagem para poder ressaltar o detalhe.

Para fundo do nosso quadro tomemos, pois, o Brasil de 1700. Vejamos tudo em pinceladas largas. Primeiro: um vasto organismo em formação com membros rudimentares ainda meio desarticulados. A inteligência e a razão ainda se debatendo nas formas involuídas do instinto. Depois, por toda a parte, a receptividade virginal da terra imatura pedindo forma, orientação e destino aos plasmadores de nacionalidades.

E no bojo das caravelas, guiadas pela cruz de Cristo ou sob a bandeira negra da pirataria internacional, as influências estrangeiras vinham chegando: — os vícios elegantes com os vinhos e os damascos; a servidão e a tristeza com as cargas humanas da Costa d'Africa; a audácia e a traficância com os aventureiros louros de todos os quadrantes; o ódio e a rebeldia com os degredados cristãos-novos; a lascívia e concupiscência com a fidalguia reinol; e por último, oprimido pelos âmbitos estreitos do preconceito religioso e político, deformada para poder curvar-se ao princípio de autoridade do Rei, sem forças para expandir-se e sem ambiente para florescer fora dos palácios e dos mosteiros,

veio também a cultura, singela e nobre filha do Lácio, então vestida e ataviada espalhafatosamente pelos exuberantes artistas da moda: Marini e Gôngora.

Entre os poucos letrados do Brasil proliferava, pois, o “cultismo” talhado por figurinos europeus. As ideias também não nos pertenciam. Ressumavam aos ares do Tejo e do Mondego. Traíam a estilização de Coimbra. Enfumavam as glórias das “quinas portuguesas”. E só viam os “Lusíadas” e a excelsa “Lusitânia”.

Para o Brasil somente um ou outro olhar de soslaio era lançado, até que Antônio Vieira, tocando com o seu cajado maravilhoso no penedo agreste da terra bruta, fez brotar o milagre de um canto novo, o canto da terra virgem apenas esboçado e logo seguido com mais ênfase e propriedade por José de Anchieta, Botelho de Oliveira e outros varões ilustres da nobreza espiritual da colônia.

Eram, porém, vozes dispersas, acentos isolados de homens fascinados por um novo mundo, que pediam adeptos para um movimento unificador em torno da criação de uma civilização e de uma pátria.

E os fios ténues se foram juntando, formaram corrente, engrossaram cada vez mais e por fim surgiu a caudal.

Por certo a água da torrente não era muito pura e muito límpida, mas era impetuosa e tenaz e só isso bastava para a conquista de seu destino.

*

*

*

Nascida de um mal da época, mal que se foi alastrando em forma epidémica da Italia para o resto da Europa, surgiu entre nós a primeira associação literária de cunho officioso, aí por volta do ano de 1724, na então Província da Baía da América Portuguesa.

Por esse tempo o mal das academias era irremediável e fatal. Invadia paulatinamente país por país sob os mais variados e pitorescos disfarces. Na Italia houve a Academia dos

“Imóveis”, dos “Gelados”, dos “Solitários”, dos “Surdos”, dos “Ociosos”, dos “Insensatos”.

Na França elas floresceram sob os rótulos pomposos de “salões”, dentre os quais o mais notável foi o de Rambauillet. Na Espanha fizeram época as academias dos “Noturnos”, dos “Desconfiados” e do “Bom Gosto”, em cujas reuniões se procurava imitar o esnobismo artístico da fidalguia francesa.

Portugal também não ficou atrás na mania acadêmica. Por vilas e cidades as mais modestas a moda andou espalhando inúmeras e pitorescas associações de literatos distritais, com programas mal traduzidos do italiano e do espanhol, de cujas finalidades banais não há memória no tempo, a não ser o exemplo do espírito de imitação que ainda hoje nos submete aos centros cultos do mundo.

Desta febre de grêmios literários portugueses que tomaram conta do país desde a restauração em 1640, poucos foram os que se impuseram à consideração pública, podendo dentre estes ser nomeada a Academia dos Generosos, como a mais dinâmica e que floresceu sob o patrocínio do trinchante-mor D. Luís da Cunha, sendo secretariado pelo conde de Vila-Maior.

Outro grémio que merece ser destacado pelos serviços prestados às letras portuguesas na solução de seus problemas literários e científicos, é o dos “Discretos”. Era o mesmo constituído de um pugilo de doutos e eruditos que se reuniam habitualmente na livraria do conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, e a cujo trabalho Portugal deve a criação do Vocabulário.

De todas, porém, somente duas nos interessam de perto: a Academia dos Singulares, fundada pelo inquisidor-mor Pedro Duarte Ferrão, e a “Academia de História”, instituída por varões ilustres do reino por volta de 1720.

Digo que nos interessam de perto em virtude das relações e influências que as mesmas tiveram na criação da primeira associação semi-oficial de literatos do Brasil, à “Academia Brasileira dos Esquecidos”.

Positivamente, no primeiro quartel do século XVIII, o Brasil não comportava uma academia de letras. Havia nomes respeitáveis no talento, na erudição e na cultura, mas tão pou-

cos eram eles que passavam de um pequeno núcleo perdido no vasto protoplasma de mediocridades, oradores vulgares, poetas encomiásticos, prosadores nebulosos e insípidos consumidos entre o púlpito e os degraus do trono.

Foi, pois, por inspiração e vontade deste núcleo brilhante que nasceu a ideia da fundação da Academia, ideia apoiada firme e prontamente pelo então vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses e logó posta em prática com o maior entusiasmo.

Segundo os planos iniciais, a Academia seria “vasada no molde das dos “Generosos” e “Singulares”, que pareciam haver atingido o ideal de perfectibilidade”. Quanto ao nome, seria chamada “Academia Brasília dos Esquecidos”.

Por que *Esquecidos* foi o nome escolhido para o auspicioso sodalício? Segundo Rocha Pitta, o opulento historiador “d’América Portuguesa” e um dos principais fundadores da Academia, a razão de ser da instituição foi a seguinte: “A nossa Portuguesa América (e principalmente a Província da Baía), que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália e Grécia, não se achava com Academias introduzidas em todas as repúblicas bem ordenadas para apartarem a idade juvenil do ócio contrário das virtudes e origem de todos os vícios, e apurarem a subtileza dos engenhos. Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos de mais quilates do que os das minas. Erigiu uma doutíssima academia, que se faz em palácio na sua presença. Deram-lhe forma as pessoas de maior graduação e entendimento que se achavam na Baía, tomando-o por seu protector. Têm presidido nela eruditíssimos sujeitos. Houve graves e discretos assuntos, aos quais se fizeram elegantes e agudíssimos versos; e vai continuando os seus progressos, esperando que com tão grande protecção se dêem ao prelo os seus escritos em prémio das fadigas”.

Nesta notícia o ilustre historiador omite qualquer referência ao nome da Sociedade.

Lendo-se, porém, o seu acto de nascimento, temos algo mais elucidativo, como podemos ver no que se segue: — “O Exmo. Snr. Vasco Fernandes César de Meneses, incomparável vice-rei do Estado do Brasil, que no seu ínclito nome traz vinculada

com a profissão d'illustrar as armas a propensão d'honrar as letras, para dar a conhecer os talentos que nesta Província florescem, e por falta d'exercício literário estavam como desconhecidos, determinou instituir uma academia, a cujo fim fez chamar por cartas circulares as pessoas seguintes: o reverendo padre Gonçalo Soares da França; o desembargador Caetano de Brito e Figueiredo, chanceler deste Estado; o desembargador Luís de Siqueira da Gama, ouvidor geral do cível; o doutor Inácio Barbosa Machado, juiz de fora desta cidade; o coronel Sebastião da Rocha Pitta; o capitão João de Brito Lima; e José da Cunha Cardoso; aos quais na tarde de 7 de Março de mil e setecentos e vinte e quatro comunicou a vontade com que se achava d'erigir e estabelecer a academia, cuja resolução abraçaram uniformes os sete convocados, como filha de tão excelente e generoso espírito; e com o seu beneplácito escolheram por empresa o sol com esta letra: — *sol oriens in occiduo* —, assentando entre si com louvável modéstia intitularam-se — Os Esquecidos”.

Segundo este auto de abertura da associação o nome de “Esquecidos” vinha apenas para patentear a modéstia de “uma doutíssima academia” como sem nenhum constrangimento a classificou um dos seus luzeiros: Rocha Pitta.

Mas se era apenas questão de modéstia, porque não baptisá-la com nome adequado, como por exemplo academia dos *Anónimos*, dos *Ocultos* ou dos *Ignorantes*, como fizeram alguns cenáculos portugueses?

O porque do nome “Esquecidos” queremos crer que está relacionado com a fundação da Academia de História que em 1720 surgiu em Portugal.

Segundo documentário original coligido e apresentado por Alberto Lamego, a Academia de História surgiu sem incluir em seu quadro social qualquer dos valores mentais residentes no Brasil. Entretanto, intelectuais de outras colónias portuguesas tiveram a honra de lá figurarem como fundadores.

Tal facto não deixou de revoltar íntimamente os expoentes das letras baianas, que em sinal de protesto fundaram também a sua academia, não deixando de trair a máguia, de que se achavam possuídos, no título: Academia dos Esquecidos.

E a reacção subterrânea dos Esquecidos bem depressa se manifestou nas primeiras medidas tomadas pelos fundadores da associação. A matéria principal de seus estudos seria a história brasileira. Portugal que até então era o centro do interesse da colónia passaria a ter importância secundária.

E a história do Brasil foi dividida em quatro partes, cada uma delas confiada a uma figura do cenáculo. A história natural coube ao chanceler Caetano de Brito e Figueiredo. A militar, ao juiz de fora dr. Inácio Barbosa Machado. A eclesiástica, ao reverendo Gonçalo Soares de França. A política, ao ouvidor-geral do cível, des. Luís de Siqueira da Gama.

A Academia dos Esquecidos teve também o seu pitoresco. Seguindo a tradição de algumas sociedades congêneres da metrópole, cada um dos sete académicos principais recebeu um título, com o qual se denominaria no decorrer dos trabalhos sociais.

Assim, o padre Gonçalo recebeu o título de *Obsequioso*; o chanceler de *Nubiloso*; o ouvidor do cível de *Ocupado*; o juiz de fora de *Laborioso*; o coronel de *Vago*; o capitão de *Infeliz* e o último de *Venturoso*.

Ao *Venturoso* coube a secretaria da Academia e a missão de ser o orador da conferência de instalação que se realizaria na tarde de 23 de Abril, dia oitavo depois da páscoa, do ano de 1724, no palácio do vice-rei, sede da sociedade.

A Academia Brasileira dos Esquecidos realizou 18 conferências, dissolvendo-se pouco depois do dia 4 de Fevereiro de 1725, quando completou o seu primeiro ano de existência.

O seu legado às letras brasileiras vale mais pela intenção que pela qualidade.

Não se deve, porém, avaliar a sua importância pelos primores literários que deixou de nos legar ou pela ausência do brilho intelectual, brilho esse tão raro no ambiente primitivo da colónia.

A sua memória deve ser cultuada por nós outros em homenagem à primeira reacção que o espírito brasileiro ofereceu à submissão reinol, lançando os alicerces de nossa emancipação literária.

Foi graças a este movimento, que a maioria dos nossos histo-

riadores considera fútil e inconsequente, que fomos conquistando a nossa autonomia intelectual, formando a nossa própria mentalidade, criando uma personalidade digna de ser apreciada pelos povos de além-mar.

Isso, entretanto, depois da Academia dos Esquecidos, passou a ser feito desagregadamente, sem articulação entre os valores espirituais que então já dominavam em várias províncias brasileiras.

O nacionalismo literário tinha autênticos representantes tanto na Baía com no Rio de Janeiro, no interior das Minas Gerais, no litoral de Pernambuco ou no centro paulista.

Fazia-se necessário, portanto, um movimento unificador dos valores dispersos, movimento que poderia dar em resultado uma reacção de carácter nacionalista que emancipasse de vez o pensamento brasileiro.

Foi quando em Agosto do ano de 1758 aportou na Baía, capital da colónia luso-americana, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, Conselheiro do Ultramar, homem de grande cultura e reais merecimentos, formado em Coimbra, sócio de várias academias de Espanha e Portugal e formado também na carreira das armas.

Mascarenhas vinha encarregado pelo Marquês de Pombal de instalar na Baía dois Tribunais: — o do Conselho de Estado e Guerra, sob a presidência do vice-rei; e o da Mesa de Conciência e Ordens, sob a presidência do arcebispo. Mas, segundo as crónicas, o Conselheiro trazia outras missões secretas, qual seja a de expulsar os jesuítas do Brasil.

O certo, porém, é que o ilustre embaixador antes mesmo de dar cabal desempenho às suas missões entrou na intimidade dos homens de letras da cidade, gostou do seu convívio, afeiçoou-se de tal modo ao espírito da terra que assumiu a sua liderança.

De comum acordo com alguns remanescentes da extinta Academia dos Esquecidos concertou ele o plano de uma nova instituição, que incluísse não somente os valores baianos mas os das outras províncias para, articulados, levarem a cabo o programa dos Esquecidos, por certo consideravelmente melhorado.

A nova sociedade literária denominar-se-ia “Academia Bra-

sileira dos Renascidos” e seria composta de 40 membros e de vários outros supranumerários.

Deste modo, a 19 de Maio de 1759 teve lugar a primeira reunião em casa de Mascarenhas. A esta primeira sessão compareceram 37 dos convidados para o acto. 32 deles foram eleitos académicos de número, ficando ainda 8 vagas; e 5 foram declarados supranumerários.

A directoria ficou assim constituída: director — José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo; secretário e chanceler, António Gomes Ferrão Castelo Branco; pró-secretário, Bernardino Marques Almeida Arnizau; censores, João Borges de Barros; frei Inácio de Sá Nazaré, José Pires de Carvalho Albuquerque e João Ferreira de Bittencourt e Sá.

A elaboração dos estatutos foi confiada ao director.

A 6 de Junho, no mesmo local, realizou-se a 2ª sessão preparatória, na qual foram aprovados os estatutos, ficando porém ainda sujeitos ao *placet* régio. Posta em discussão a proposta se a Academia devia ou não ser real, alguns académicos foram contra a designação oficiosa e a discussão foi tão acalorada que os mesmos se retiraram em sinal de protesto.

O espírito conservador da maioria dos académicos não tinha forças para romper com a tradição de subserviência ao trono.

Por este lado os Renascidos pouco se avantajaram aos Esquecidos.

Como exemplo podemos citar a sessão solene de instalação da Academia, à qual compareceu o alto mundo oficial da Baía, que começou às 3 horas da tarde e só foi encerrada às 3 horas da manhã seguinte. Pois estas 13 horas de sessão solene foram quase inteiramente dedicadas ao rei e à rainha de Portugal.

Assumiram todas as nuances e tonalidades os louvores a D. João V e à sua real consorte, ditos em prosa e verso, em forma de panegíricos e poemas natalícios, escritos em português, espenhol, francês, italiano e latim, línguas oficiais do sodalício.

Entretanto, a Academia dos Renascidos não foi só isso. O seu propósito de integrar o Brasil na história universal foi cumprido em grande parte. Todas as tarefas distribuídas com os seus inúmeros associados estavam estreitamente ligados com os interesses superiores da colónia. Estudos obre a agricultura,

a pecuária, os índios, o clima e a salubridade de razões as mais distantes os hábitos e costumes, o comércio e a navegação, artes e letras, quase tudo foi lembrado e realmente tractado com carinho e proficiência.

Os seus associados, distribuídos pela vastidão do território brasileiro, estimulados pelo dinamismo da organização nacionalista, apresentaram contribuições ainda hoje apreciáveis como a "História da Capitania de S. Vicente" pelo acadêmico supranumerário Frei Vicente do Salvador, ou "Vila Rica" o poema adornado de curiosas informações do acadêmico supranumerário Cláudio Manuel da Costa.

Desgraçadamente, como aquela que lhe deu origem, a "Academia Brasileira dos Renascidos" teve vida curta, não chegando à meta que se traçou.

Com a prisão de Mascarenhas, o seu presidente perpétuo e principal animador, por ordem do trono português, a sociedade entrou em crise e logo morreu.

E' uma ingratidão lamentável essa que os nossos historiadores vêm fazendo à "Academia Brasileira dos Renascidos", classificando-a de inconsequente e inútil, procurando encará-la apenas pelo ângulo pessoal e nunca pelo seu verdadeiro sentido nacionalista.

Façamos, pois, justiça aos devotados espíritos que, embora servidos de pouca luz, traçaram rotas amplas e definidas ao pensamento brasileiro, procurando dar alma própria a uma pátria nova.